

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.666 - SP (2019/0018119-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : ALINE EMILIA DA SILVA ARAUJO (PRESO)
ADVOGADO : AMANDA COLPAS DA SILVA - SP388759
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por ALINE EMILIA DA SILVA ARAÚJO contra decisão da Presidência desta Corte Superior de Justiça que não conheceu do recurso em *habeas corpus* por ela interposto por deficiência na instrução (fls. 543-544).

Em suas razões, a Requerente colaciona cópia dos autos e reitera a alegação de constrangimento ilegal em virtude do não reconhecimento da atenuante da menoridade relativa, bem como da ausência de fundamentação idônea para o afastamento da minorante prevista no § 4.º do art. 33 da Lei de Drogas.

Sustenta, ainda, que *"está presa preventivamente desde o dia dos fatos, e em momento algum [...] deu indício de que iria se furtar a prestar todo o necessário para o deslinde da demanda criminal, de modo que não existem motivos aptos a imposição de prisão no atual estágio processual"* (fl. 559).

Requer, em liminar e no mérito, *"A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA ATÉ O JULGAMENTO DE MÉRITO DO RECURSO DE APELAÇÃO a ser impetrado, de maneira a afastar o constrangimento ilegal proveniente da ilegalidade da decisão da 2º Vara Criminal da Comarca de Pacaembu do Estado de São Paulo, ora coautor, expedindo-se Alvará de Soltura [em seu favor], para poder recorrer em liberdade"* (fl. 564).

É o relatório.

Decido.

Em prestígio à economia processual, e juntado pela Requerente o acórdão que julgou o mérito do *writ* originário, RECONSIDERO a decisão de fls. 543-544 para dar regular processamento ao recurso ordinário.

Passo a decidir o pedido urgente.

De início, em relação aos pedidos de reconhecimento da atenuante da

menoridade relativa e da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da Lei de Drogas, verifica-se que as referidas matérias não foram apreciadas pelo Tribunal de origem na impetração originária. Desse modo, em princípio, não podem ser conhecidas por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

No tocante à segregação provisória, não se encontram presentes os requisitos autorizadores da medida urgente requerida.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, tendo consignado o Tribunal de origem que *"a natureza, quantidade e diversidade das drogas apreendidas, 203,31g de cocaína e 51,83g de maconha, justifica, por si só, a segregação da paciente da sociedade"* (fl. 820; sem grifos no original).

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência desta Corte Superior considera idônea a fundamentação para a decretação da custódia com base na quantidade de droga apreendida.

Exemplificativamente:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. QUANTIDADE EXPRESSIVA DE DROGA APREENDIDA. BENS E APETRECHOS RELACIONADOS AO TRÁFICO. PRISÃO DOMICILIAR. PRÁTICA DO TRÁFICO NA RESIDÊNCIA FAMILIAR E NA PRESENÇA DE MENOR. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na quantidade de drogas apreendidas com a paciente, qual seja, 289 gramas de maconha, 1 quilo de cocaína e 2 gramas de crack (fl. 31), além de instrumentos de preparo, no interior de sua residência, não há ilegalidade.

[...]

3. Habeas corpus denegado." (HC 463.267/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 16/11/2018.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais

passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações à Autoridade Impetrada.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

